



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NA BUSCA DE UMA “PEDAGOGIA DA ESPERANÇA”: UMA (RE)LEITURA DE PAULO FREIRE E O PROCESSO EMANCIPATÓRIO DE LGBT

Mikael Lima Brasil (1); Laís Vasconcelos Santos (2); Jedison Feliciano Silva (3); Raila
Natasha de Melo Bezerra (4); Alexandro dos Santos (5)

(1) *Universidade Federal de Campina Grande, e-mail: mikael_cpc@hotmail.com*

(2) *Universidade Federal de Campina Grande, e-mail: laís_lvs@hotmail.com*

(3) *Universidade Federal de Campina Grande, e-mail: jedison.fs@gmail.com*

(4) *Universidade Federal de Campina Grande, e-mail: rrailanatasha@hotmail.com*

(5) *Orientador, Universidade Federal de Campina Grande, e-mail: alexandrodossantos09@gmail.com*

RESUMO

A Educação Popular em Saúde (EPS) é um caminho capaz de contribuir com metodologias e saberes para a constituição de novos sentidos e práticas no âmbito do SUS e um instrumento imprescindível para o empoderamento dos sujeitos sobre sua saúde compreendida em seu sentido amplo. Surgindo a partir de Movimentos Sociais, a EPS se agrega a causa LGBT a partir de alguns referenciais teóricos. Entre eles, o de Paulo Freire. Logo, este trabalho objetiva refletir a Educação Popular em Saúde no processo emancipatório de LGBT a partir das contribuições de Paulo Freire. Realizou-se um estudo dialético a partir das concepções de Diniz e Silva (2008) e Zago (2013) por meio da re(leitura) de obras do Educador Paulo Freire, do Caderno de Educação Popular em Saúde (BRASIL, 2014) e da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (BRASIL, 2013). Na perspectiva deste estudo, o ideal emancipatório que a Educação Popular encontra no pensamento pedagógico Freireano traz embasamento problematizador sobre questões sociais que surgem através das relações entre oprimidos e opressores. Logo, entende-se que o padrão construído em torno da heteronormatividade traz consequências importantes para LGBT, inclusive no campo da saúde. Nesse sentido, a EPS aparece para reafirmar o compromisso do SUS com esta população. Assim, conclui-se que a EPS fundamentada nas obras de Paulo Freire é uma alternativa para o movimento LGBT, uma vez que reconhecem a significação da existência humana como um ato plural na busca constante por um “*inédito viável*” e na crença em uma eterna “*Pedagogia da Esperança*”.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Popular em Saúde. Ideal Emancipatório. LGBT. Paulo Freire.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

INTRODUÇÃO

Enxerga-se “educação” e “saúde” como termos que estão intrinsecamente relacionados em seus modos de ser e tornar-se. Sem a existência de um processo educativo, a saúde dificilmente se implicaria como resolutiveira ou, até mesmo, se concretizaria como um meio palpável que possui com um caráter social tão importante quanto o científico.

Observar que existem diversas modalidades de se produzir educação em saúde faz parte da aquisição de um leque de possibilidades para a compreensão de um processo que se dá em constante edificação. Entre elas, a Educação Popular em Saúde a qual é apresentada por Falkenberg et al (2014, p. 848) como um processo que se

organiza a partir da aproximação com outros sujeitos no espaço comunitário, privilegiando os movimentos sociais locais [...]. Baseia-se no diálogo com os saberes prévios dos usuários [...] e na análise crítica da realidade.

Nesta perspectiva, Brasil (2012, p. 3) complementa afirmando que a Educação Popular em Saúde é “um caminho capaz de contribuir com metodologias, tecnologias e saberes para a constituição de novos sentidos e práticas no âmbito do SUS.”

Logo, adota-se o espaço comunitário com um campo onde se emergem ideais que possibilitam a articulação de um conhecimento pautado na lógica da (re)descoberta e na luta por direitos. É assim que surgiram/surgem os Movimentos Sociais e, conseqüentemente, a Educação Popular como ferramenta emergida nesse meio.

Tomando como base a redemocratização do país, o Movimento por luta de direitos para a população LGBT aparece como um espaço para importantes reflexões sobre problemas na sociedade brasileira tanto na vida privada quanto nas relações sociais. Portanto, ressalta-se a importância da Educação Popular em Saúde como mecanismo imprescindível ao cuidado em saúde com vistas ao empoderamento social de direitos esquecidos ou relegados a um segundo plano.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

É nesse sentido que em 2011 com Portaria nº 2.836 (BRASIL, 2013) que Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT) apresenta, entre os seus quatro eixos de atuação, a Educação Popular em Saúde com foco na população LGBT visando à seguinte garantia:

a educação em saúde para gestores(as) e profissionais de saúde, voltadas para o tema do enfrentamento às discriminações de gênero, orientação sexual, raça, cor, etnia e território e das especificidades em saúde da população LGBT; ações e estratégias que visam garantir educação em saúde para o controle social de conselheiros(as) de saúde e lideranças sociais, voltadas para o tema do enfrentamento às discriminações de gênero, orientação sexual, raça, cor, etnia e território e das especificidades em saúde da população LGBT; inclusão de ações educativas nas rotinas dos serviços de saúde voltadas à eliminação do preconceito por orientação sexual, identidade de gênero, raça, cor e território. (BRASIL, 2013, p. 29-30).

A partir do supracitado, encontra-se no referencial teórico de Paulo Freire uma metodologia pautada na libertação da opressão como forma de alcançar um processo emancipatório através do diálogo. Assim, Oliveira e Carvalho (2007) afirmam que o universo em que Paulo Freire analisa o processo educacional é o da cultura como idéia central, que perpassa toda a sua obra, e a necessidade de conscientizar tanto educadores quanto educandos. Logo, existiu/existe a proposição de uma práxis educativa a qual faz parte da realidade social.

Portanto, este trabalho objetiva refletir a Educação Popular em Saúde no processo emancipatório de LGBT a partir das contribuições de Paulo Freire.

METODOLOGIA

Estudo de caráter dialético. Adota-se a perspectiva trazida por Diniz e Silva (2008) quando colocam que este método torna a trajetória percorrida pelo sujeito (pesquisador) na procura por conhecer e se encontrar na construção desse conhecimento do objeto (fenômeno/fato investigado) que se constrói e (des)constrói nas interações entre o sujeito e o objeto. É um exercício que nos permite conhecer o ser humano como ser histórico que cria



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

contradições que geram conflitos nas relações sociais acrescentando que estes mostram possibilidades reflexivas pensadas pela dialética das contradições de uma vida organizada a partir dos conflitos de classe.

Nessa perspectiva, Zago (2013) aponta que a dialética se propõe a compreender o fenômeno em si através de um entendimento da totalidade como dinâmica e em constante construção social desvelando tramas que relacionam a essência desse fenômeno. Logo, vai ao encontro do que é trazido por Hegel (2007, p. 36) quando coloca que “O verdadeiro é o todo. Mas o todo é somente a essência que se implementa através de seu desenvolvimento.”

A partir do exposto, para atender ao objetivo, fez-se uma reflexão crítica de caráter qualitativo sobre a relação entre a Educação Popular em Saúde partida da base de Educação Popular de Paulo Freire e o Movimento LGBT a partir de um conhecimento emancipatório, este colocado por Ludmer et al (2002) como a realização de análises dialética e crítica a partir de pressupostos práticos e teóricos.

Logo, como embasamento teórico-metodológico foram utilizados as seguintes referências: Educação como prática de liberdade (FREIRE, 2011a) Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 2013a), Pedagogia da Esperança (FREIRE, 2011b), Pedagogia da Autonomia (FREIRE, 2013b), Caderno de Educação Popular em Saúde (BRASIL, 2014), e a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 2013).

As mesmas foram eleitas a partir de leituras para instigar reflexões e pressupor o debate a partir de questionamentos prévios, assim como a compreensão da temática a partir da categoria de ensaio partindo do princípio que “Está errada a Educação que não reconhece na justa raiva, na raiva que protesta contra as injustiças, contra a deslealdade, contra o desamor, contra a exploração e a violência um papel altamente formador” (FREIRE, 2013b, p. 45)

RESULTADOS E DISCUSSÕES



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Compreender a Educação Popular em Saúde como um referencial para promover a Equidade, isto é, a compreensão das desigualdades como um instrumento para fomentar o desenvolvimento de movimentos sociais e a busca por uma saúde mais igualitária, é fundamental dentro da edificação do sentido de pertencimento dos seres humanos em um processo de auto-reconhecimento do sujeito como um ator social. Entre estes: LGBT.

Dentre os princípios da EPS, podemos destacar a defesa intransigente da democracia em contraposição ao autoritarismo ainda comum em nossa jovem democracia; a articulação entre os saberes populares e os científicos promovendo o resgate de saberes invisibilizados no caminho de um projeto popular de saúde onde haja o sentido do pertencimento popular ao SUS; a aposta na solidariedade e na amorosidade entre os indivíduos como forma de conquista de uma nova ordem social; a valorização da cultura popular como fonte de identidade; a concepção de que a leitura da realidade é o primeiro passo para qualquer processo educativo emancipatório que vise contribuir para a conquista da cidadania. (BRASIL, 2014, p. 18).

É nesse ideal emancipatório que a Educação Popular encontra no pensamento pedagógico de Paulo Freire uma perspectiva que traz embasamento problematizador sobre questões sociais que surgem através das relações entre oprimidos e opressores.

Nessa ótica, entende-se o próprio padrão construído em torno da heteronormatividade como um segmento opressor da manifestação das identidades de gênero e das orientações sexuais recaindo, em grande parte, sobre a população LGBT como um fenômeno que carrega um imperativo histórico que rotula e subjuga o que é ser, em todas as esferas da manifestação da subjetividade, ser humano. Fenômeno visto em diversas campos da vida. Entre eles, a saúde.

Sobre este modelo de heteronormatividade, Louro (2009, p. 90) argumenta que

Esse alinhamento (entre sexo-gênero-sexualidade) dá sustentação ao processo de heteronormatividade, ou seja, à produção e à reiteração compulsória da norma heterossexual. Supõe-se, segundo essa lógica, que todas as pessoas sejam (ou devam ser) heterossexuais – daí que os sistemas de saúde ou de educação, o jurídico ou o midiático sejam construídos à imagem e à semelhança desses sujeitos. São eles que estão plenamente qualificados para usufruir desses sistemas ou de seus serviços e para receber os benefícios do Estado. Os outros, que fogem à norma, poderão na melhor das hipóteses ser reeducados, reformados (se for adotada uma ótica de tolerância e complacência); ou serão relegados a um segundo plano (tendo de se contentar com recursos alternativos, restritivos, inferiores); quando não forem



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

simplesmente excluídos, ignorados ou mesmo punidos. Ainda que se reconheça tudo isso, a atitude mais freqüente é a desatenção ou a conformação.

Nesse sentido, Freire (2013a) acrescenta que a Educação como um prática dominadora, tão criticada por ele, coloca os educandos como seres ingênuos pretendendo ser um marco ideológico que indoutrina as pessoas no sentido de acomodá-las à opressão.

É essa mesma educação que, perpassando áreas do conhecimento, engendra pelo biologicismo e reduz a categoria corpo a um objeto biomédico que não possui papel social e, quando relegado a um segundo plano ou foge aos paradigmas normativos, é considerado patológico. Um exemplo: a transexualidade, travestilidade e outras identidades que rompem as fronteiras do gênero CIS ainda são consideradas patologias passíveis de tratamento psiquiátrico/psicológico.

Logo, observa-se que na esfera das identidades de gênero e orientações sexuais ainda existem questões dominantes que exercem relações de poder sobre o corpo e o seu uso, patrimônio que deveria ser individual, mas acaba tendo esse caráter negligenciado pelas relações que implicam em dizeres que transcendem a lógica individual do percurso social do ser humano. Sobre o poder, Foucault (2012, p. 369) coloca que o mesmo “é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado.

Assim, Educação e Saúde se configuram em um campo também de poder. Do “saber mais” e do “depósito de conhecimento”.

Estar inserido em um universo educativo fundamentado no processo de “educação bancária” o educando (ser social) jamais encontrará um “inédito viável” como categoria libertadora.

Essa proposta que vai contra o projeto de reprodução da opressão (A Educação Popular) que é abraçada pela Saúde no tocante aos movimentos sociais. É a Educação Popular em Saúde que através de inúmeras conquistas, como a formulação de Movimentos, articulações e Redes, que é apresentada pela Política Nacional de Saúde Integral LGBT (BRASIL, 2013, p. 30) a partir das seguintes ações propostas:



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

1. Inserção das temáticas referentes à saúde LGBT nos processos de educação permanente dos(as) gestores(as) e profissionais de saúde do SUS;
2. Produção de materiais e estratégias educativas destinadas à promoção, proteção e recuperação da saúde da população LGBT;
3. Fomento ao desenvolvimento de pesquisas com foco nas prioridades em saúde da população LGBT;
4. Inserção da temática LGBT no Módulo de Educação a Distância (EAD), para cursos de formação voltados para profissionais de saúde e UnaSUS;
5. Inserção da temática LGBT nos cursos de Educação a Distância (EAD) para conselheiros(as) de saúde e lideranças sociais, em parceria com o Conselho Nacional de Saúde (CNS);
6. Articulação para garantir que estratégias como o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde (Portaria Interministerial MS/MEC nº 3.019, de 26 de novembro de 2007), o Programa Telessaúde Brasil – Telessaúde (Portaria nº 2.546, de 27 de outubro de 2011) e o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET Saúde (Portaria Interministerial MS/MEC nº 421, de 3 de março de 2010) considerem as questões desta política.

Logo, por meio da Política, a Educação Popular em Saúde direcionada à LGBT encontra um instrumento teórico-metodológico que reconhece os efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença, reafirmando o compromisso do SUS com esta população, compreendida como integrante fundamental do sistema por meio da prioritária participação popular para viabilização da política.

É assim, por meio de mecanismos que implicam no cuidado, que Paulo Freire em *Pedagogia da Esperança* (FREIRE, 2011b) faz um reencontro com a sua *Pedagogia do Oprimido* e coloca a esperança como uma necessidade ontológica para se tornar concretude histórica. Segundo ele, não há luta sem esperança

[...] e quando lutamos, enquanto desesperançados, ou desesperados, a nossa é uma luta suicida, é um corpo a corpo puramente vingativo. O que há, porém, de castigo, de pena, de correção, de punição na luta que fazemos movidos pela esperança, pelo fundamento ético-histórico de seu acerto, faz parte da natureza pedagógica do processo político de que **a luta é expressão**. (FREIRE, 2011b, p. 16, grifo nosso).

Entender, no universo das questões LGBT, que a expressão de um movimento social faz parte de todo um contexto político-ideológico é reconhecer a democracia como



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

instrumento de luta por emancipação. É encontrar no discurso opressor mecanismos que viabilizem a emancipação do oprimido com vistas à construção de sua autonomia. Não em um sentido de ocupar o lugar do opressor e inverter papéis (já que o oprimido pode hospedar um opressor), mas de conquistar a igualdade de direito e observar a democracia em seu sentido pleno sem reproduzir normas hegemônicas sobre os modos de ser e estar no mundo de maneiras equivocadas que vem por aumentar o processo de exclusão e estigmatização do sujeito.

É assim que o próprio Paulo Freire (2013b) considera uma *Pedagogia da Autonomia* como um processo de construção na experiência de inúmeras decisões que são tomadas. Estas, por sua vez, sempre partindo de um sentido de pertencimento e coletividade.

Logo, nesse contexto, vai-se ao encontro da Autonomia como passo fundamental para a emancipação. É uma leitura crítica do mundo que faz os seres humanos observarem e considerarem a sua condição de opressão, muitas vezes marginalizadas e desconhecidas ou renegadas por uma esfera macro da sociedade que perpassa por toda a obra de Paulo Freire e, direta ou indiretamente, faz-se reconhecer como integrante ou alternativa metodológica para LGBT.

Assim sendo, entende-se que:

Não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação. Vale dizer, uma educação que longe de se identificar com o novo clima para ajudar o esforço de democratização, intensifique a nossa in experiência democrática, alimentando-a. (FREIRE, 2011a, p. 93).

Partindo de uma *Educação como Prática de Liberdade*, vê-se a esfera da problematização como instrumento dialético da mobilização social. Em saúde não é diferente, já que a Educação Popular em Saúde se caracteriza nesse meio como um instrumento de lutas sociais consolidada pela constituição do SUS em seus princípios, dentre outros, de Universalidade, Equidade e Participação Popular.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

É por meio dos sujeitos integrados no processo de saúde que suas diferenças são consideradas e os padrões podem ser desconstruídos por meio de uma lógica inexistente sobre o papel social do ser humano. É partir de uma curiosidade epistemológica da humildade e do saber para reconhecer a condição de “ser no mundo” em busca de uma constante comunhão entre os seres humanos.

CONCLUSÃO

Enxergar a obra de Paulo Freire como referencial em Educação Popular e em Educação Popular em Saúde vai além de uma perspectiva educativa. É uma Pedagogia de amor que reconhece os seres humanos em sua completude e suas infinitas possibilidades de ser, (re)fazer e tornar-se em um meio o qual se ditam normas, constroem dogmas e impossibilitam a própria significação da existência humana como um ato plural.

Vivenciar uma conjuntura social que parte do princípio da diversidade sexual e de gênero como um processo integrante do conjunto denominado sociedade é uma ação que se coloca na saúde como um bem além do biologicismo. É a compreensão basilar que os seres humanos além de corpos biológicos, também se apresentam como corpos sociais carentes de um cuidado diferenciado a partir de suas especificidades.

Assim sendo, esta reflexão coloca a obra de Paulo Freire como uma alternativa de busca e embasamento para a constituição de princípios metodológicos que norteiam o movimento LGBT, uma vez que este se apresenta em uma demanda por vivenciar a necessidade de abraçar determinados referenciais que constituam uma fundamentação coerente com a luta por direitos, entre eles, de saúde.

Logo, encarar a Educação Popular em Saúde em seu sentido amplo é renegar um olhar restrito para uma perspectiva de mundo reduzida por relações autoritárias no processo pedagógico em saúde que reproduz, historicamente, homofobia, racismo e machismo, renunciando uma ideologia teórica de gênero como fundamental para viabilizar o cuidado sistematizado em saúde.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Portanto, espera-se que este trabalho contribua na construção de alternativas reflexivas dialéticas na busca constante por um “*inédito viável*” alcançado pela comunhão entre os seres humanos na necessidade em enxergar a saúde como um patrimônio coletivo. Esperar que sempre permaneça a “*confiança no povo*” e “*a fé nos [seres humanos] e na criação de um mundo que seja menos difícil amar.*” Logo, crer e criar uma eterna “*Pedagogia da esperança*”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

_____. Ministério da Saúde. **Caderno de Educação Popular em Saúde**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.

DINIZ, C. R.; SILVA, I. B. **Metodologia Científica**: O método dialético e suas possibilidades reflexivas. Campina Grande/Natal: Eduep, 2008.

FALKENBERG, M. B. et al. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, Mar. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000300847&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Abr. 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014193.01572013>.

FREIRE, P.. **Educação como prática de liberdade**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011a.

_____, P.. **Pedagogia do Oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013a.

_____, P.. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011b.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

_____, P.. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013b.

FOUCAULT, M.. **Microfísica do Poder.** 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

HEGEL, G. W. F.. **Fenomenologia do Espírito.** 4. ed., Petrópolis: Vozes, 2007.

LOURO, G. L.. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LUDMER, G. et al. **Conhecimento emancipatório em sistemas de informação no Brasil: uma avaliação da produção acadêmica.** In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, 26., 2002, Salvador, *Anais...*, Salvador, ANPAD, 2002. CD Rom.

OLIVEIRA, P.C.; CARVALHO, P.. A intencionalidade da consciência no processo educativo segundo Paulo Freire. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto , v. 17, n. 37, Aug. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Jan. 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2007000200006>.

ZAGO, L. H..O método dialético e a análise do real. **Kriterion**, Belo Horizonte , v. 54, n. 127, June 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2013000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Apr. 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-512X2013000100006>.